

ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 1998.

Aos vinte e três dias do mês de junho, do ano de mil novecentos e noventa e oito, ás 19 horas e 30 minutos, na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Vereadores, localizada na avenida Adolfo Schneider, nº 55, 3º andar em Nova Prata, reuniram-se em sessão ordinária, os Vereadores: Gilmar Peruzzo, Umberto Luiz Carnevalli, Valdomiro Cortellini, Nagib Stella Elias, João Francisco Minozzo, Eraldo Domingos da Silva, Enio Bristot, Sergio Volmir Miotto, Edson Figueredo Lima, Claudinir Chiomento e Gilberto Romanzini. Sob a Presidência do Vereador Gilmar Peruzzo, foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se aos trabalhos da ordem do dia assim deliberados: Projetos de leis do Poder Executivo, aprovados por unanimidade de votos: 1 - Projeto de lei nº 089/98 autoriza o Executivo conceder auxílio financeiro a pessoa carente em virtude de despesas com tratamento médico; Dá outras providências. 2 - Projeto de lei nº 090/98 cria unidade orçamentária, abre crédito especial no orçamento 98; Dá outras providências. 3 - Projeto de lei nº 091/98 inclui metas no plano plurianual; Na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento 98; Dá outras providências. 4 - Projeto de lei nº 092/98 inclui metas no plano plurianual, LDO e no orçamento 98 Dá outras providências. 5 - Projeto de lei nº 093/98 ratifica assinatura do Poder Executivo Municipal em termo de convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Educação com interveniência da Secretaria de obras públicas saneamento e habitação; Dá outras providências. 6 - Projeto de lei nº 094/98 ratifica assinatura do Poder Executivo Municipal; Em termo de convênio com o estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Educação e com interveniência da Secretaria de Obras Públicas Saneamento e Habitação; Dá outras providências. 7 - Projeto de lei nº095/98 altera artigo terceiro da lei 3949/98; Ratifica demais termos da lei 3949/98 Dá outras providências. 8 - Projeto de lei nº 097/98 autoriza participação do município de Nova Prata referente pró-luz em obra de eletrificação rural na localidade de Rio Branco; Dá outras providências. 9 - Projeto de lei nº 098/98 dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 52 da lei 3880/97 que estabelece o Código Tributário Municipal; Dá o utras providências. 10 -Projeto de lei nº 099/98 autoriza o Executivo através da Secretaria de Obras doar material de construção a ABEN; Dá outras providências.



Folha 02. (sessão ordinária em 23.06.98)

11 - Projeto de lei nº 101/98 autoriza a concessão de subvenção a Liga Cultural Pratense de Bochas para representar o município em Campeonato Estadual em Garibaldi; Dá outras providências. 12 - Projeto de lei nº 102/98 autoriza o Poder Executivo conceder auxílio financeiro a pessoa carente para auxiliar no pagamento de despesas com faculdade; Dá outras providências. 13 - Projeto de lei nº 103/98 autoriza o Executivo conceder auxílio financeiro a pessoa carente em virtude de despesas com tratamento de saúde; Dá outras providências. Projeto de lei do Poder Executivo, baixado para estudo da Comissão de Assuntos Gerais: 1 - Projeto de lei nº 100/98 altera denominação de logradouros públicos; Altera redação do artigo primeiro da lei 2001/98; Dá outras providências. Aprovada por unanimidade de votos, moção de apoio a Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA apresentada pelo Vereador Sergio Volmir Miotto que faz considerações para que a Câmara de Vereadores se manifeste em relação ao possível fechamento da unidade aqui em nossa cidade.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS

VEREADOR NAGIB STELLA ELIAS - LÍDER DA BANCADA DO PPB: Senhor Presidente, Srs. Vereadores, meus caros amigos que nos honram com a sua presença. Nós estamos dando realmente uma explicação pessoal porque solicitamos vistas sobre a proposição dos Vereadores Enio Bristot e Sergio Miotto e que nós vamos fazer uma análise rápida tanto quanto permitir o tempo porque nesta proposição está citado por mais de uma vez o nosso nome e nós entendemos de dar os esclarecimentos relativamente à nossa posição que não vão ser nada mais nada menos do que uma repetição da posição que nós já assumimos em relação ao problema da área verde que é o que consta na proposição em questão. Essa proposição dos Vereadores, contém 18 quesitos que vão certamente exigir do Executivo um trabalho bastante avantajado de fôlego em matéria de tempo e até em volume de papéis a serem apresentados. Mas eu rapidamente gostaria de assinalar com a permissão dos nobres Vereadores que este assunto mais do que metade do conteúdo da proposição que já foi abordada por nós aqui e como fazem referência a ata nossa e como na abordagem dos 18 quesitos praticamente se restringem apenas a uma legislação que é a legislação contida na lei federal número 6766 de dezembro de 1979.



Folha 03. (sessão ordinária em 23.06.98)

E nós na realidade ao fazermos a nossa exposição agui, nós citamos todas as leis pelo menos as principais pertinentes ao caso que era das áreas verdes que estava sendo questionado. E foi feito na nossa exposição que eu vou pedir a permissão para repetir porque eu acho que o momento exige as colocações daquela ocasião porque elas são atuais. As colocações eram o seguinte: Nós estamos fazendo uso da Tribuna, no espaço de explicações pessoais meu caro Presidente, Srs. membros da Mesa em razão de que nós havíamos feito uma proposição verbal que era um requerimento para que fosse divulgado o parecer da UVERGS sobre o assunto momentoso na nossa cidade que é a questão da área verde situada na Presidente Vargas que é do conhecimento de todos. Esse parecer da UVERGS não foi lido por ter sido considerado extenso demais. E nós protestamos porque a leitura do parecer da UVERGS que era o documento que dava as explicações as informações que precisavam os Srs. Vereadores de ter conhecimento que situava e condicionava o problema da forma que deve ser. Não foi lido e portanto os Srs. Vereadores não puderam tomar conhecimento do que continha ai. A legislação toda que eu passo a citar e que foi citada naquela ocasião na nossa manifestação é a seguinte: A legislação pertinente ao caso se inicia com o próprio parecer, com a lei 6766 que é aquela que os Srs. Vereadores abordaram, mas além disso nós temos a lei municipal 1593 que estabelece em três momentos diferentes pelo parecer considerações diversas sobre o assunto. Uma delas quanto a planta das áreas verdes existentes que é válida porque lá é verde também. Uma outra lei municipal que é a lei 1592 até certo ponto ela nada mais é do que a lei 6766 porque esta lei do afastamento de 15 metros para cada lado da sanga enquanto que a nossa lei municipal a 1593 ela apenas exigiria 10 metros de cada lado da sanga. Além disso, nós teríamos o artigo 225 da constituição federal que estabelece obrigatoriedade da defesa do ecosistema e dá detalhes sobre o assunto. Temos mais: Do Direito Urbanistico Brasileiro, uma obra que é recentíssima que trata exaustivamente do assunto e que foi citado inclusive nós trouxemos a obra aqui para mostrar aos Srs. Vereadores e que está a disposição com o amigo e colega aqui. Essas considerações nós fizemos e inclusive admitimos que nem toda a legislação era pertinenete e aplicável. Ela se relaciona, mas não pode ser toda aplicável. Fizemos o seguinte registro final de nossa manifestação: Se houve irregularidades naquel ímpeto nosso de resslavar as oisas de interesse público deste município, nós tomamos uma atitude junto ao Ministério Público dos quais nós nos orgulhamos eu da minha parte sinto que tive a solidariedade de amigos aqui presentes.



Folha 04. (sessão ordinária em 23.06.98)

Tenho certeza que se os demais Vereadores tivessem acompanhado de perto a problemática, todos teriam se unido a nós, mas ainda é tempo daqui por diante nós terminamos agradecendo muito obrigado e queremos dizer para poder contar com o tempo, talvés de concluir informando melhor os colegas que desses 18 quesitos aqui formulados nós com uma informação apenas e uma atitude do executivo apenas resolveu a grande parte dele que foi o despacho do projeto do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Vejamos um quesito que se refere a ele para que os Srs. Vereadores entendam que ele resolve os demais problemas porque existe nas colocações dos Srs. Vereadores, uma pergunta que praticamente não corresponde a realidade. A pergunta é a seguinte: O que é que vai acontecer com as obras que estão paralisadas? mas não há obras paralisadas. Houve um equívoco. Existe a obra embargada do Sr. Moacir Durli que está sendo executada em condições impróprias num área verde que não pode ser construído, é pura e simplesmente isso ai. A obra do Moresco não está paralisada. A obra do Moresco não chegou nem entrar na Prefeitura. Vamos continuar: Não tem obras paralisadas, o que se cita aqui mais como obra paralisada é o fato do Banco do estado, o Banco do Estado, foi despachado. Houve tentativa de embargar o projeto do banco por razões que eu não quero discutir porque nem boa intenção havia a respeito do assunto. Talvéz alguns dos Vereadores me conceda o seu tempo para que eu possa prosseguir porque não entrei no assunto ainda. Vereador Cortellini concedeu o tempo Obrigado. Eu vou fazer uma pergunta que está contida aqui. Qual é a situação do prédio da Padaria Zanotto que está começando a ser construída na Presidente Vargas quanto aos 15 metros em relação as leis. A construção do prédio da padaria iniciou-se em janeiro. A legislação a respeito que quer ser invocada para trancar o banco do estado também pode trancar a padaria Zanotto porque ela não tem um ano de construção. Iniciou depois de todos os argumentos apresentados e não foi embargada. Ainda hoje se ela é irregular pode ser embargada. Ela não é embargada porque não é irregular como o Banco do Estado não é irregular. Vamos ler então um parecer bem rapidamente do DPM sobre o assunto: A nosso ver, pela informações fornecidas, a situação que ora se apresenta difere essencialmente da anteriormente examinada, em que se cuida de terreno cortado pela canalização e destinada a área verde no Plano Diretor. Na ora em exame, trata-se de terreno com testada para via pública, em cujo interior não passa conduto estando este localizado sob o leito da avenida, e distante sua parede lateral 8,5m da testada do terreno, conforme referido pela responsável técnica em sua manifestação.



Folha 05. (sessão ordinária em 23.06.98)

Tratando-se de situação fática consolidada e urbanisticamente irreversível, deixa de ter sentido e aplicação a norma do artigo 4º da lei 6766/79. Não tem pertinência a restrição de não edificar quando o arrojo está canalizado sob o leito de via pública. O indeferimento do pedido de aprovação do projeto de construção, sob o argumento de inobservância da faixa não edificável todavia representa, no caso, desvio de poder, matizando o ato de ilegalidade. Na hipótese de a profissional incumbida da aprovação dos projetos manter-se irredutível quanto ao motivo de indeferimento e, desde que segundo as prescrições do Código de Edificações, o projeto tenha condições de aprovação, esta poderá dar-se por ato motivado do Prefeito no próprio processo mediante simplesdespacho, ou através de portaria como alvitrado. Meus caros colegas Vereadores, imaginem só se nós fossemos aplicar uma legislação como queria a responsável sobre 1950 metros de duto canalizações que foram feitas na época do Prefeito Ernesto Pandolfo. Nós teríamos que desmontar a cidade de Nova Prata porque não se construiria mais aqui. Então está respondido uma série de perguntas feitas. Naturalmente o Executivo irá responder ás solicitações dos Srs. Vereadores, apenas estou fazendo a minha parte porque foi citado o meu nome e realmente não me extendo mais por falta de tempo, mas voltarei em outra oportunidade para tratar desse assunto. Eu levantei a questão de debate. Não houve debate. Eu levantei a questão que deviam ser lidos os pareceres, não foram lidos os pareceres e mais uma coisa: Hoje estou convencido Sr. Presidente. Srs. Vereadores, hoje eu estou convencido que nós tínhamos uma razão muito grave e temos que voltar para proceder esse debate de preferência com a presença da Assessoria Jurídica da UVERGS porque quando nós conversamos com o Assessor Jurídico da UVERGS sobre esse assunto ele pura e simplesmente perguntou porque é que a Câmara de Vereadores a quem está atribuída a questão de legislar e analisar a problemática legal de todas as questões do município já não tomara aquela atitude antes quando nós sugerimos o que nós fatalmente vamos ter que fazer. Se fizermos com o Plano Diretor ou sem o Plano Diretor não sei, mas nós vamos ter que fazer. Agora que o caso está mais ou menos decidido aguardamos o plano diretor e solicito mais, e registro mais, vamos insistir agora com ênfase pela urgência de nós resolvermos tudo através do Plano Diretor novo como já foi proposto e que existe verba aprovada através de uma rubrica especial. Muito obrigado pela atenção.



Folha 06.

(sessão ordinária em 23.06.98)

VEREADOR CLAUDINIR CHIOMENTO - LÍDER DA BANCADA DO PSDB: Saudação à Mesa, colegas Vereadores, Rui novamente presente. Eu quero me pronunciar sobre meu último pronunciamento aqui onde eu tinha recebido uma reclamação de uma pessoa que seria beneficiada com um auxílio financeiro por motivos de doença e depois em conversa com o Chefe de Gabinete foi esclarecido o assunto. Portanto, não há mágoas como eu tinha dito naquela época e estranhava o que tinham me dito por ser essa pessoa de grande consideração minha. Então alguns colegas se pronunciaram aqui em forma de apoio, mas eu quero dizer a esses colegas que o assunto está encerrado. Houve esclarecimento devido entre as partes e não tem porque nós mantermos aqui qualquer discussão sobre o assunto. Também quero agradecer o Executivo por ter acatado uma proposição de auxílio financeiro ao aluno Luciano Rui que fique registrado em ata meus agradecimentos por esta atitude e certamente é uma atitude bastante coerente dado o estado de saúde desse aluno. Eu manifesto o meu apoio quanto a proposta do Nagib de que se abra um grande debate. Que a Câmara de Vereadores tome a iniciativa de promover esse debate no que diz respeito as construções em Nova Prata. Eu não me refiro a nenhuma especificamente, mas nós sabemos que não são poucas as irrregularidades e portanto é bastante oportuno que se abra uma discussão profunda com o apoio ou com base no plano diretor, mas na legislação atual que se faça algumas correções na legislação municipal de tal forma que tenhamos uma legislação coerente atualizada e que possa ser aplicada com rigor e que se corrija irregularidades do nosso município. Nós temos conhecimento de alguma irregularidade e imagino que todos tenham conhecimento aqui no nosso município e nós podemos desfrutar sob pena de transformar essa cidade num caos daqui a bem pouco tempo quem sabe. Então é bastante oportuno, não devemos deixar passar essa oportunidade de abrir essa discussão e aprofundar a discussão em torno das construções do nosso município bem como a sua infra-estrutura sob pena de termos essa cidade transformada num caos daqui a poucos anos quem sabe. Obrigado.



Folha 07. (sessão ordinária em 23.06.98)

VEREADOR GILBERTO ROMANZINI - LÍDER DA BANCADA DO PT: Senhor Presidente, prezados Vereadores, ao Hermes Rui que é uma presença permanente nesta Casa. Nós ouvimos algumas reclamações e aproveitamos esse espaço para passar aos colegas para que na medida do possível sejam solucionados. Uma delas é com relação as calçadas de nossa cidade que num determinado momento o poder público municipal a atual Administração iniciou um trabalho de recuperação das mesmas. No entanto foi abandonado, não se sabe exatamente porque inclusive na frente da igreja matriz de nossa cidade, foram levantadas as pedras próximas às árvores, foram recolacadas e não foram ainda encimentadas. Já estão levantando novamente essas pedras. Com essa preocupação que as pessoas nos procuram também pediram para que fosse continuado esse trabalho porque é importante de fato que se possa caminhar com tranquilidade nas calçadas de nossa cidade que estão um tanto deformadas em função das árvores e que é um serviço importantíssimo recuperá-las. Outro assunto é quanto aquela maquina que passa para fazer limpeza na beira dos cordões das calçadas e algumas pessoas nos pediram se houvesse a possibilidade de sugerir ao poder público municipal que quando essa máquina passasse nos canteiros próximos ás calçadas que a coleta daquele resíduo que está próximo ao cordão e que fica a uma distância a cerca de um metro do cordão, fosse feita com rapidez. Que não ficasse lá 2 ou 3 dias, uma semana no meio da rua porque quando dá uma enxurrada novamente volta ás valetas e aí suja tudo de novo ou que o vento leva e espalha tudo. Então as pessoas pediram que quando passa aquela maquininha que procurassem em seguida se não no mesmo instante que fosse alguns homens atrás recolhendo aquela terra, aquelas pedras que ficam no meio das ruas. Talvés por ser difícil trocar o equipamento que afasta do cordão para aquele que ajunta. Então que alguns operários fossem atrás. Nós gostaríamos de falar também que é importante a participação do poder público com o objetivo de sensibilizar a população para as diversas campanhas que acontecem, sejam elas a nível nacional, estadual ou municipal. E nada mais justo do que o trabalho que o poder público tem feito para chamar a atenção e sensibilizar as pessoas para que doem agasalhos agora na campanha do inverno. No entanto, o que nos parece ter sido inoportuno e talvés até um pouco de falta de sensibilidade é ter usado o coração do Rigotto para fazer essa campanha.



Folha 08. (sessão ordinária em 23.06.98)

Nós vemos na frente da Prefeitura Municipal o coração do Rigotto e esses dias ele esteve passando em cima de um carro da Prefeitura fazendo esse chamamento para que a população colabore, contribua com a coleta do agasalho para o inverno. Achamos que é importante repito, para o público sensibilizar as pessoas para que eças doem agasalhos para os mais necessitados, no entanto esse mascote da campanha neste momento, véspera de eleições me parece que a Prefeitura está fazendo mais camapnha para o Germano Rigotto do que para de fato coletar agasalhos. Então eu só gostaria de deixar registrado que algumas pessoas nos falaram que é inoportuno. Não que esse símbolo não seja interessante para a campanha, mas neste momento foi inoportuno o uso desse mascote. Para finalizar, eu gostaria de dizer que nós estivemos participando da festa de São João Batista num jantar e conversando com algumas pessoas nós discutimos e até havíamos falado também no nosso programa de governo. sugerido isso de que o poder público municipal poderia fazer uma parceria com a paróquia São João Batista de nova Prata já que é o padroeiro da nossa cidade para tornar de fato a festa de São João Batista uma festa mais popular. O que vemos tradicionalmente é algumas pessoas que vão para a missa um pouco mais as pessoas que vão para os jantares e esse ano me parece que foi menos que o no passado e a festa do Padroeiro São João Batista para por ai. No entanto, se o poder público colaborasse poderia ser feito naquele final de semana, no domingo, no sábado tipo uma quermesse na praça onde se colocasse algumas tendas disponíveis a diversas entidades da nossa comunidade onde poderia ser vendido pipoca. amendoin, quentão, pinhão e até artesanato. Um pouco de música para tornar essa festa um pouco mais popular e até quem sabe transformar essa festa numa festa referencial para a região de Nova prata. Até com isso tentar atrair os municípios da nossa região para que viessem a participar dessa festa que é uma das festas mais populares do País e poderia ser também em Nova Prata se fosse bem explorada nesse aspecto da festa de São João Batista. Então que fosse pensado pela Administração de fazer uma parceria junto com a paróquia para transformar esta festa não só em missa e jantares, mas numa festa mais popular onde o povo possa com um gasto menor participar e tornar uma festa mais comunitária e mais atrativa. Era isso, muito obrigado pela atenção.



Folha 09. (sessão ordinária em 23.06.98)

VEREADOR ENIO BRISTOT - LÍDER DA BANCADA DO PFL: Senhor Presidente, Colegas Vereadores e a platéia aqui presente. Eu quero

deixar aqui uma manifestação de insatisfação pela falta de competência e pelo descaso do poder público municipal referente ao problema que a Comunidade de São Peregrino vem enfrentando no decorrer de anos no leito da RS 324 que cruza o bairro São peregrino. Somos sabedores que este trecho é perigozissimo em virtude de ser um lançante de ambos os lados que favorece muito a velocidade. Muito se falou e o DAER disse que está fazendo um projeto Dr. Nagib. Nunca vi um projeto tão demorado na minha vida. Que projeto é esse que já faz um ano um ano e meio que está em andamento e ainda não apresentaram aqui em Nova Prata. Sai mês, entra mês e a gente ás vezes se comunica e o projeto está em estudo. Eu nunca vi uma pessoa do DAER pisar lá e eu tenho o meu escritório bem na frente e moro bem em frente daquele trecho. Tivemos mais uma vez neste fim de semana dois acidentes gravíssimos, um cidadão foi para a UTI e não sei se veio a falecer ou não. Vereador Eraldo faleceu, vereador Enio - Então vejamos que temos mais uma vítima. O primeiro acidente aconteceu na sexta-feira a n oite e certamente foi até por imprudência do motorista pela alta velocidade exercida naquela via o qual torrou um pinheiro. Devia a velocidade ser muito excessiva, mas o problema é que certamente se houve um trevo lá, ou houvesse lombadas eletrônicas essa velocidade não teria sido atingida e este acidente não teria acontecido. Vereador Gilmar Peruzzo - Só para auxiliar. Isso que o Enio está dizendo ai, é pior do que a novela das 8 porque isso já cansou até todos os ouvidos de tanto que se fala. Só para constatar que eu passei ontem e anteontem em Nova Aracá e tem 3 lombadas eletrônicas. Nova Aracá tem, Veranópolis tem, Nova Bassano vai ter, Nova Prata eu acho que nunca vai ter. Vereador Enio - A consequência do primeiro acidente, veio do segundo acidente que em função daquele acidente, um outro veículo andando com uma velocidade bem inferior, uma moto vinha atrás, não percebendo a baixa velocidade e era muito frio causando ao motorista da moto a morte porque ele foi levado a UTI e agora ficamos sabendo que ele acabou falecendo. Certamente se nós tivessemos construíndo a rótula ou colocado lombadas eletrônicas nada disso teria acontecido. Noto a cada dia que passa nossos governantes preocupados em arrecadar dinheiro e deixando de lado a segurança das pessoas. Quem sabe um metro de asfalto para o nosso governador vale mais do que uma vida.



Folha 10. (sessão ordinária em 23.06.98)

Eu gostaria que me respondessem onde é que está a força política dos atuais mandatários, já que estão na coligação junto com o governo que culpam o DAER pelo problema, mas eu vejo que o DAER não tem nem tinta para pintar novamente aquela faixa de segurança que já está desbotada. Gostaria que as autoridades do município e mesmo do DAER ficassem lá no momento em que os alunos da escola do nosso bairro atravessam aquela área para jogar futebol ou fazer exercícios físicos lá no ginásio municipal. É de arrepiar o descaso que os motoristas que trafegam naquela área não respeitam os alunos. Certamente Deus deve estar olhando por eles porque se não houvesse Deus no mundo, certamente já teria acontecido uma tragédia e não está livre de acontecer naquela área lá com essas crianças que diariamente atravessam na parte da manhã e na parte da tarde. O DAER diz que a área está bem sinalizada porque a gente conversa com o DAER. Está sinalizada e não tem problema nenhum, o pessoal corre porque quer. A polícia diz a mesma coisa, nós não podemos estar ai toda hora e eles tem razão. A gente teria a solução na mão. Politicamente a situação não é resolvida. Esta Casa cobrou do Executivo inímeras vezes uma solução, mas até hoje nada de concreto foi feito. Eu falo da atual força política, da atual Administração porque o governador esteve aqui esses dias assinando alguns convênios para asfaltamento na nossa região e o próprio município está empenhando, deu uma área de terras a uma empresa que veio se instalar aqui, que é louvável, mas ninguém se preocupou em pegar R\$ 50.000,00 que não é nada mais do que isso, o suficiente para colocarmos duas lombadas eletrônicas naquelas áreas, cinquenta mil reais, friso bem. Certamente com todo o poderio do Dr. nosso governador Britto tem nas mãos, com o dinheiro que arrecadou vendendo estatais poderia ter separado cinquenta mil reais e dado para nós fazermos essas lombadas já que o trevo tenho certeza que não sairá. Eu tenho certeza que não há interesse nenhum do poder público municipal aqui e muito menos do DAER p orque de repente fiz uma viagem para Parai e me deparo em Nova Araçá com duas lombadas eletrônicas, da onde cairam? do céu? Será que o município ajudou, o DAER mandou ou da onde vieram essas lombadas eletrônicas? Vou a Porto Alegre e também me surpriendo com mais 4 lombadas em Portão. Também lá de certo cairam do céu e aqui não cai nada. Vemos também em Vila Flores e Veranópolis dois trevos sendo construídos. Eu tenho certeza que é em parceria com o município e com o governo estadual. Não estão longe, mas estão sendo construídas. Aqui em Nova Prata nada.



Folha 11. (sessão ordinária em 23.06.98)

Certamente nesse ano político se não for solucionado restará a população ai do nosso bairro a usar o extremo que eu sou totalmente contra a obstruir a RS para chamar a atenção quem sabe do governo, das autoridades ou da imprensa para que esse problema seja solucionado. Nós estamos agora em véspera de eleições, eu tenho certeza se o nosso poder público municipal aqui tivesse interesse e solicitasse ao governo estadual nós teríamos num piscar de olhos essas lombadas eletrônicas ai e certamente resolveria todos esses problemas porque nós não temos questão de hora, minuto ou segundo para que naquela área novamente aconteça um acidente e sempre quando acontece acidente lá é com pessoas do bairro que é de lamentar. É um que seja de fora, mas sempre alguém de lá está envolvido ou mortes ou feridos. Muito obrigado.

LÍDER VEREADOR SERGIO VOLMIR MIOTTO -BANCADA DO PDT: Senhor Presidente, Colegas, platéia que nos assiste. Realmente aproveitando o gancho do Enio Bristot, que foi um fim de semana agitado. Ele reclama tanto do São Peregrino e nós fizemos proposições não só para o bairro São Peregrino, mas também para o bairro São Cristóvão. E numa conversa que nós tivemos um dia quando nós pedimos na oportunidade uma passarela. Uma para o São Peregrino e outra para São Cristóvão. E a resposta que ele nos deu era que era uma obra muito cara. Eu não sei, eu vejo passarela na região de Portão nos trevos. As passarelas são pré moldadas. Eu acho que é um custo tão baixo que é mais baixo do que construir um trevo. Não sei porque para Nova Prata está custando caro uma passarela. Também ontem, esteve aqui a Lucimara responsável pelo lixo. Eu acho que a Prefeitura trouxe de volta uma profissional muito competente na área do lixo e como aqui já houve reclamações da fumaça, eu quero dizer que o problema da fumaça terminou. Está funcionando o insenerador com a participação da Prefeitura porque a Prefeitura também usa o insenerador. Não sei qual a maneira que vão encontrar, mas a Prefeitura deve estar pondo funcionários para insenerar o lixo. Realmente são poucos os municípios hoje que detém uma tecnologia para insenerar o lixo sem problema de fumaça e cheiro. Eu acho que Nova Prata tem uma grande conquista em cima desse ramo. E também quanto aos acidentes, notou-se outro problema que é reclamado não só por nós na câmara, mas todo o município de Nova Prata, o plantão médico o quanto faz falta. Chega pessoas em estado gravíssimo no hospital e não tem plantão.



Folha 12.

(sessão ordinária em 23.06.98)

Não se acha médico. É triste que isso aconteça, mas eu acho que o Conselho municipal deve estar negociando com o Prefeito Municipal porque me parece que vão fazer um acordo com a UNIMED e o nosso desejo que isso se torne uma realidade em breve, que não aconteça o que aconteceu no final de semana. Isso não se deve mais repetir para Nova Prata. Quanto ao problema de nossa proposição Nagib, que na lei do parcelamento do solo a nossa dúvida é se a lei atinge os terrenos antes da lei ou também depois da lei. Vereador Nagib - Ai no parecer do DPM, está bem claro, não se trata do mesmo problema. E a prova que não se trata do mesmo problema é a própria Prefeitura em 1996 foi a única vez que se fêz referência a lei 6766. Em agosto de 1996, a Vereadora Neuza Berquó, com o sr. Romano Martini, com a Sra. Madalena Cassol e o Sr. Valmor Bombardelli e o Sr. Claudio Buaszczyk fizeram referência que existia uma lei 6766 que era aplicável. Vereador Sergio - Eu acho que esse assunto vai ser importante que seja debatido com a Sociedade porque há muitas dúvidas dentro da própria lei. Quero agradecer também o apoio, a moção de apoio dos colegas em relação a CESA, que eu acho injusta a privatização de apenas uma ou duas unidades e que Nova Prata seja beneficiada não vendendo a unidade da CESA de Nova Prata. Muito obrigado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, agradeceu a presenca de todos e em nome de Deus, declarou encerrada a presente sessão. Layrou-se esta ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Vereadores. PLENÁRIO, 23 DE JUNHO DE 1998.

Ver. Gilmar Pernzzo - PMDB

Presidente

Ver. Valdomiro Cortellini - PPB

Secretário

Ver. João F. Minozzo - PPB

Vice-Líder de Bancada

Ver. Enio Bristot - PFL Lider de Bancada

Ver. Edson F. Lima - PDT Vice-Lider de Bancada

Ver. Gilberto Romanzini PT

Ver. Umberto L. Carnevalli Vice-presidente - PTB

Ver. Nagib Stella Elias Líder de Bancada - PPB

Ver Eraldo D. Da Silva Lider de Bancada

Ver. Sergio V. Miotto Líder de Bancada - PDT

Ver. Claudinir Chiomento Líder de Bancada - PSDB